

# Igreja universal do reino de deus – Relações de poder e jogos de verdade

*Noara Pedrosa Lacerda<sup>1</sup>*

## 1 INTRODUÇÃO

O poder é exercido por diferentes camadas sociais, em qualquer tempo e espaço, articulando-se, transitando entre os sujeitos, sobretudo pelas vias astuciosas da produção discursiva, que envolvem tanto as condições de produção em sentido estrito (circunstâncias de enunciação) e o sentido mais amplo (contexto sócio-histórico-ideológico). O poder é caracterizado, então, como um conjunto de relações que circulam por toda parte do campo social, não devendo ser visto como algo centralizado, como um objeto que pertence a alguns e a outros não. Essa idéia do exercício do poder em rede, em micro-relações, é uma perspectiva foucaultiana, em que não há um centro único do poder, ele se espalha por todo o espaço social. Nessa perspectiva, os sujeitos não são detentores do poder; ao contrário, são efeitos das relações de poder. E são essas relações, associadas aos jogos de verdade, que constituem os sujeitos.

Foucault (2004) afirma que, nas relações de humanas, não importa em que tipo de relação, seja amorosa, institucional, econômica, religiosa, as relações de poder estarão sempre presentes, relações em que os sujeitos buscam conduzir a sua e a do outro. Por serem móveis e transitórias, as relações aqui mencionadas são desiguais e desequilibradas. O que implica dizer que há uma escala de níveis de relação de poder, ou seja,

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras pela Universidade Federal de Campina Grande. Mestranda em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: noarapedrosa@hotmail.com

de acordo com o lugar social ocupado pelo sujeito, esse pode desempenhar a função ativa do poder, a ação. Ou em outro momento e posição social, pode estar sofrendo a ação do poder, em maior ou menor intensidade.

As relações de comunicação, localizadas nas formações discursivas, transmitem uma informação através da língua, de um sistema de signos ou de qualquer meio simbólico. Mas as relações de poder não funcionam somente através de meios simbólicos, vão além dos signos, estão nas idéias, nas relações cotidianas, e é aqui que se firmam as relações de poder.

Não estamos pensando nas relações de poder em seu aspecto negativo, de opressão, dominação, força castradora. Na concepção foucaultiana (2004), as relações de poder não são essencialmente repressivas e hostis, que sempre impõem limites, castigam. O poder nem é o bem, nem é o mal; é, na verdade, jogo estratégico, uma força produtora que vai fazer parte da vida das pessoas, controlando-as em suas ações, auxiliando no cuidado de si e dos outros.

Nessa perspectiva, analisaremos as relações de poder que se estabelecem na produção discursiva de alguns testemunhos de fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), como os fiéis se colocam e como a Igreja Universal propõe o seu discurso de verdade enquanto relação de poder.

## **2 COMO SE ESTABELECEM: RELAÇÕES DE PODER E JOGOS DE VERDADE**

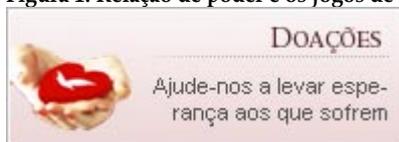
As relações de poder estão inevitavelmente relacionadas à instância do saber. Os saberes, como psiquiátrico, médico, literário, religioso, delegam a autoridade do discurso

verdadeiro, em função dos quais, afirma Foucault (1999, p. 180), somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a certo modo de viver ou morrer. Esses discursos verdadeiros carregam em si efeitos específicos do poder, de verdades estabelecidas sócio-historicamente, a exemplo do discurso clínico, que durante muito tempo através de um jogo de verdade excluiu os loucos do convívio familiar e social. Hoje, em outros jogos de verdade e momento histórico, os loucos são repostos no convívio social sob uma nova visão e um novo tratamento. Na mesma perspectiva, observamos o discurso religioso, que num determinado momento histórico, através de jogos de verdade, tinha uma postura conservadora e intransigente a respeito do Pecador, este totalmente banido das promessas de Deus, e condenado por seus atos. Hoje, percebemos uma postura mais compreensiva e acolhedora, não mais sobre a denominação de pecador, mas do filho desgarrado que pode encontrar a salvação através do arrependimento. Portanto, a verdade é transitória, histórica e social, estando, dessa forma, sujeita a implicações sociais e históricas de determinada comunidade.

De acordo com Foucault (2004), os jogos de verdade estão inevitavelmente ligados às relações de poder. O valor de verdade, no qual estão inclusos os jogos de verdade, desempenha o papel de suporte para os efeitos nas relações de poder. O saber religioso, por exemplo, através dos jogos de verdade, serviu de suporte para que exercesse o poder de coibição e dominação dos fiéis. Durante muito tempo, os indivíduos viveram cercados e dominados por valores morais estritos e estabelecidos pela Igreja. Hoje, esse processo se dar de forma diferente, mais atrativa e comovente. O exercício do

poder institucional, capitalista e do saber religioso, é hoje disseminado pela instância discursiva num processo mais envolvente. Podemos notar essa relação de poder e os jogos de verdade no anúncio abaixo, mediado pela internet numa página da Igreja Universal.

**Figura 1: Relação de poder e os jogos de verdade no anúncio da Igreja Universal**



([www.arcauniversal.com](http://www.arcauniversal.com))

Toda produção discursiva posta em funcionamento em uma dada formação social será veículo das relações de poder que formam o corpo social, e principalmente, dos jogos de verdade, dos modos de produção, circulação e funcionamento do discurso. Outro exemplo da relação entre a instância discursiva, as relações de poder e os jogos de verdade, é a condenação de homens e mulheres à fogueira por terem sido considerados bruxos pelo discurso religioso. A força coercitiva desse discurso, há muito tempo e até os dias de hoje, pode determinar o que é verdade ou não na vida de determinada comunidade. No caso específico da Igreja Universal do Reino de Deus, através do saber religioso, podemos notificar uma apropriação dos valores religiosos e bíblicos em detrimento de uma "Obra". Quando observamos o discurso do sujeito Igreja Universal, podemos perceber os jogos de verdade constituídos através de uma mescla de valores morais, religiosos e capitalistas: *"Se você está passando por problemas financeiros, na*

*família; venha procurar a Deus, ajude a 'obra' da Igreja Universal e encontre a prosperidade, o amor."* (Anúncio veiculado nas rádios e Rede RECORD de televisão). É preciso lembrar que nem sempre os jogos de verdade mascaram uma dada verdade ou que essa verdade vai se tornar algo fora da realidade. O que se quer aqui é demonstrar, a partir da concepção foucaultiana, a evidente transitoriedade dos jogos de verdade e sua relação com o poder; como conceitos ditos como verdadeiros e impostos numa certa comunidade histórica, pode guiar seus preceitos e ações.

Os jogos de verdade alicerçados nas relações de poder são responsáveis pela constituição dos indivíduos em sujeitos. Esses jogos de verdade que, numa sociedade determinam o modo verdadeiro de ser e de agir, associam-se às histórias das moralidades cuja função é direcionar o indivíduo a se constituir sujeito moral. Para Foucault (2002), a moral, no sentido amplo, comporta dois aspectos: o dos códigos do comportamento e o das formas de subjetivação, o desenvolvimento de uma 'cultura de si', relações de si para consigo identificadas e valorizadas. No caso da moral cristã, podemos citar a renúncia de si em nome da relação com Deus. No mundo moderno, o governo de si e dos outros constitui um princípio fundamental de produção de identidade, agenciado por uma rede de discursos amplificados pela mídia, modelos difundidos e impostos socialmente.

O primeiro aspecto da moral como as regras, os comportamentos, as 'leis' que devem ser aprendidas e seguidas, é o código moral imposto em determinada comunidade. As instâncias de autoridade que defendem esse código impõem sua aprendizagem e obediência. Essas instâncias são responsáveis pelas ratificações das infrações cometidas. Vamos pensar, por exemplo, na confissão dos pecados a Deus em orações públicas,

como na tradição da Igreja Universal: essa é uma forma de punir uma transgressão do código moral daquela comunidade. Os dez mandamentos, as leis sagradas, são códigos morais que devem ser obedecidos; são leis que determinam o comportamento daqueles que professam o cristianismo. Se esses indivíduos não se comportarem como determinam essas leis, serão punidos e não terão o 'paraíso'. Foucault (2004) afirma que, na instância dos códigos de comportamento, a subjetivação se realiza, basicamente, de uma forma quase jurídica, na qual o sujeito moral se refere a uma lei ou a um conjunto de leis à qual ele deve se submeter, sob pena de cometer faltas que os expõem.

Outro aspecto da moral e das formas de subjetivação diz respeito à consciência de si, ao exame de si, com relação às transformações que buscam operar em si mesmo. Os aspectos exteriores e interiores são indissociáveis na constituição do sujeito moral, pois a ação moral relaciona-se ao código, às regras, ao que é exterior ao indivíduo.

A moral dos códigos de comportamentos, códigos morais, de caráter prescritivo, diz respeito a conjunto de valores e de regras de conduta que são propostas aos indivíduos por meio de diversos aparelhos prescritivos, como podem ser a família, as instituições educativas, as igrejas (FOUCAULT, 2004, p. 211).

As formas de subjetivação dizem respeito ao comportamento real dos indivíduos em sua relação com as regras e valores que lhes são propostas, à forma como os

indivíduos reagem ao código moral. Mas, os códigos morais, como jogos de verdade, de certo modo, não são aceitos sem conflitos; como relações de poder, estratégias que os sujeitos usam para conduzir a conduta dos outros, os jogos de verdade sempre instaurarão resistências.

Os procedimentos, que, sem dúvida, existem em toda civilização, pressupostos ou prescritos aos indivíduos pra fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins e isso graças às relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si. (FOUCAULT 1997, p. 109)

A Bíblia, a partir de seus ensinamentos morais, pode ser usada como técnicas de si, como procedimentos pressupostos ao indivíduo para fixar sua identidade, para torná-lo um sujeito moral. Ao mostrar os pecados, defeitos e virtudes humanas, a Bíblia propõe modelos de conduta e exemplos de vida, com fins de moldar a identidade do indivíduo, procurando levá-lo a tomar consciência de si, de seus atos, respeitando o código moral apresentado. Os ensinamentos presentes na Bíblia e a forma como são apresentados estão relacionados às peculiaridades de cada época e a instituição que a coloca em funcionamento (Igreja Universal do Reino de Deus).

As técnicas de si relacionam-se a outra instância, a da governamentalidade. De acordo com Foucault (1997, p. 111), a governamentalidade é o governo de si por si na sua articulação como as relações com o outro, como na direção espiritual, na

prescrição dos modelos de vida estipulados pelas religiões. A governamentalidade é uma propriedade do poder moderno, caracterizado, não mais como uma instância repressiva e transcendente, em que o poder soberano era o poder absoluto e tinha a decisão de vida e de morte dos súditos, mas pela instância de controle através da manipulação sutil que envolve o indivíduo ao invés de dominá-lo abertamente. Essa forma sutil e minuciosa do exercício do poder do estado Moderno alicerça-se no poder pastoral, ligado à produção dos jogos de verdade, compreendido não só como uma instituição religiosa, mas espalhado por todo o corpo social.

Por meio da ação “pastoral”, desenvolve-se, na sociedade moderna, uma tática individualizante, característica de toda uma série de poderes múltiplos ( da família, da medicina, da psiquiatria, da educação, dos empregados, etc.) cujo objetivo principal é o de forjar representações de subjetividade e impor formas de individualidade.” (GREGOLIN, 2004, p. 102).

### 3 DISCURSO E RELIGIÃO

Em *A ordem do discurso* (1996), o próprio Michel Foucault apresenta alguns sinais que podem nos ajudar no caminho para a compreensão dos jogos de verdade que fundamentam o discurso religioso. Ao expor sobre os rituais de uso do discurso em sociedade, comentando o seu processo de efetivação social,

Foucault refere-se aos discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos; colocando-os na perspectiva da associação dessas práticas a rituais que determinam para os sujeitos que falam, papéis sociais. Apesar de centrar-se sobre a constituição das ciências humanas na modernidade, Foucault insere os discursos religiosos com características dessa ordem dos discursos da qual fala. A seu ver, a esfera de construção e dispersão dos discursos religiosos também obedece a uma lógica de coerção e ordenamento. Ainda na mesma obra, ao refletir sobre as “doutrinas”, Foucault apresenta a hipótese de que, ao contrário do que realmente se pensa, as doutrinas também obedecem à lógica dos discursos porque não se limitam ao número de indivíduos que falam e não obedecem a uma lógica de circularidade interna apenas, mas pelo contrário, tendem a difundirem-se sendo pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença ideologia.

A IURD é objeto de uma vasta lista de ressalvas, tais como seu caráter mágico, sua prática de banalização do demônio, sua feição de agência de prestação de serviços religiosos adaptada às circunstâncias sociais e às expectativas da clientela, o enfraquecimento das exigências éticas e da falta de rigor às regras da Bíblia, entre outros aspectos religiosos.

Antes de entrar na análise do lugar do dinheiro na Teologia da Prosperidade pregada na Igreja Universal do Reino de Deus, vale lembrar que as doações, ofertas, pagamentos e dízimos são uma realidade no encaminhamento de diversas religiões. É assim com as promessas no catolicismo, com os despachos e os pagamentos às mães e aos pais de santo nas

religiões afro-brasileiras, e é assim também com o donativo judaico e com o dízimo, em outras denominações. Evidentemente, se é necessário considerar que o dinheiro atravessa as práticas de outras religiões, é igualmente necessário frisar que a promessa e o estímulo à “abundância” no mundo moderno são notáveis características, particularidades da Teologia da Prosperidade. O pagamento do dízimo e de ofertas não são a única forma de expressão do comprometimento ético do fiel com a Igreja e, acima de tudo, com Deus. A IURD enfatiza a assiduidade do comparecimento à igreja, realiza “consagrações”, “batismos”, “purificações”, “propósitos” e constantemente reforça a importância de uma vida condizente com aquilo que seria a vida de uma pessoa consagrada aos desígnios de Deus e da Igreja em questão, de acordo com seus propósitos.

Como diz Mintz,

A igreja, naquilo que proíbe e naquilo que encoraja, fornece uma visão de mundo que parece ser notavelmente propícia a aspirações de mobilidade crescente em uma sociedade que está se tornando ocidentalizada. Portanto, os interditos sobre jogo, fumo, e bebida podem ser equivalentes à salvação compulsória, ou ao menos, à acumulação potencial de capital para outros fins. (MINTZ, 1964, p. 266).

No momento da reflexão de Foucault sobre as doutrinas, caberia perfeitamente a referência a fenômenos religiosos.

Questiona o sujeito que fala através e partir do enunciado, como provêm os procedimentos de exclusão e os mecanismos de rejeição que entram em jogo quando um sujeito que fala formula um ou vários enunciados inassimiláveis; a heresia e a ortodoxia não derivam de um exagero fanático dos mecanismos doutrináveis, elas lhe pertencem fundamentalmente. Pode-se estabelecer uma forte relação com as mais diversas interpretações doutrinárias, presentes no cristianismo, por exemplo; fornece um arcabouço teórico que cai perfeitamente aos estudos religiosos. Este aparato teórico está no funcionamento interno do pensamento foucaultiano, e não como uma condição de exterioridade. Ao refletir sobre *doutrinas*, Foucault está colocando essa categoria dentro da sua lógica de análises dos discursos. A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; mas se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros. A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, dos indivíduos que falam. Assim, ao se refletir sobre os fenômenos religiosos, pode-se perfeitamente recorrer às análises de Foucault. Para o filósofo, está claro que as doutrinas (algo extremamente recorrente na esfera das crenças religiosas) obedecem a essa ordenação dos discursos, e por mais que a doutrina proíba os enunciados que lhe são exteriores, precisa deles para estabelecer sua singularidade, sua diferença.

O discurso nas doutrinas coage e é coagido para e pela lógica da identidade. Doutrinas e discursos, problemáticas de Foucault que tangenciam questões específicas do estudo das religiões, estão relacionadas nesta discussão porque ambas

encerram-se no jogo que organiza, proíbe, exclui, limita e interdita os enunciados. Portanto, nos discursos religiosos também estão contidos características desta *ordem* apresentada por Foucault, nos quais nos deteremos um pouco mais: vontade de verdade, a relação saber/poder e a constituição dos sujeitos.

#### 4 A RELIGIÃO COMO REGIME DE VERDADE

Para Michel Foucault (1999), o ponto chave da relação saber/poder encontra-se na questão da verdade e da sua busca como conhecimento absoluto. Há uma discussão em torno da verdade, ou pelo menos, do que seja tido como verdade, considerando-se para tanto, um conjunto de regras que delimitam e distinguem o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder, entendendo-se também que se trata de uma vertente em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. É preciso pensar os problemas sócio-políticos em termos de “verdade/poder”. A partir disso, pode-se concluir que todo regime discursivo que expressa em si a vontade de verdade, o faz, em torno da questão do poder. Aquele que detém os procedimentos de conquista da verdade detém também o poder exercido por este mesmo regime de produção da verdade. A relação intrínseca entre saber e poder se estabelece a partir do jogo da busca pela verdade.

Foucault, mesmo pensando na constituição dos saberes das ciências humanas no mundo moderno pretensiosamente laico, reflete sobre a importância da confissão, essa prática católica medieval de busca da verdade que marcou profundamente a própria construção desses saberes.

Michel Foucault segue os passos de Nietzsche na recusa da metafísica como modo de produção do conhecimento, e isso é preciso ficar claro. Para Nietzsche (1998), a própria ciência positivista, que triunfou na segunda metade do século XIX, não se livrara da metafísica. A crença em uma inabalável verdade, somada à possibilidade de conhecê-la através do exercício da razão, demonstrava o resíduo de uma crença religiosa, da fé metafísica que na *Genealogia da Moral* o filósofo constata: a fé sobre a qual nossa crença na ciência repousa é ainda uma fé metafísica. É a fé cristã, que era também a fé platônica, no princípio de que Deus é a verdade, e verdade divina. Porém, o que acontecerá se esta equação se tornar cada vez menos digna de crença, se as únicas coisas que ainda devem ser consideradas divinas são o erro, a cegueira e a mentira; se Deus, ele mesmo (a verdade) se transformar em nossa mais antiga mentira?

Pode-se concluir então que a religião, desse modo, é também um regime de verdade por mais que apareça dependendo do contexto histórico como uma forma de resistência a um discurso hegemônico oposto.

## 5 A RELIGIÃO, OS DISCURSOS E A PRODUÇÃO DE SUJEITOS

Entre as obras *Vigiar e Punir*, de 1975 e *A vontade de saber*, de 1976, Michel Foucault realiza um detalhado exame da modernidade e da constituição dos seus dispositivos de saber/poder que possibilitaram a constituição dos sujeitos modernos, dóceis e úteis. Foucault apresenta a modernidade no surgimento da sociedade disciplinar através da análise das instituições disciplinares, de relações de poder sutis, móveis e

dispersas no campo social. A disciplina caracteriza-se pela organização do espaço, pelo controle do tempo, pela constante vigilância e pelo registro contínuo de conhecimento. Ao mesmo tempo em que exerce um poder, produz um saber.

O poder possui uma característica positiva, não apenas negativa; esta última sempre associada ao poder judiciário do estado que reprime, que diz não. A grande importância estratégica que as relações de poder disciplinares desempenham nas sociedades modernas depois do século XIX vem justamente do fato de elas não serem negativas, mas positivas, quando tiramos desses termos qualquer juízo de valor moral ou político e pensamos unicamente na tecnologia empregada. É então que surge uma das teses fundamentais da genealogia: o poder é produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber. Segundo Foucault, o poder disciplinar fabrica o indivíduo. É com o adestramento do corpo, com a normalização do prazer, na regulação dos comportamentos, enfim nesta ação empreendida sobre o corpo com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, é que aparece a figura singular do homem, efeito do poder e objeto do saber.

No final da década de 1980, os megaeventos de cura, organizados pela IURD no espaço público, bem como seus projetos políticos receberam destaque nos jornais e, desde então, a Universal mantém uma relação tensa com diferentes interlocutores. Alguns estudos revelam que a ampla polêmica que se instala a todo o momento em torno da IURD se deve a três fatores que, apartados da totalidade dos elementos que a constitui, costumam ser a ela associados pelas análises preocupadas em singularizá-la dentro do horizonte pentecostal:

a participação política, o demônio e o dinheiro. Na década de 1990, a IURD mobiliza uma crítica negativa robusta à maneira como articula “a cura, o exorcismo, a prosperidade”. De um modo geral, as acusações recaem sobre a forma como, segundo essas falas, a IURD se serve de uma linguagem proveniente do mercado e da força persuasiva da mídia eletrônica para, lançando mão de uma mensagem teológica vazia, recrutar uma massa de fiéis.

Características tais como imediatismo, pragmatismo, magia, charlatanismo e superficialidade teológica são atribuídas, em especial, à Igreja Universal do Reino de Deus. E, sobretudo, a acusação de ser uma agência de exploração financeira dos pobres. Seu crescimento surpreende e assusta, tanto em número de adeptos, como de representatividade religiosa no mundo.

Mas embora na década de 1990 a IURD tenha motivado um grande esforço analítico por parte dos trabalhos que enriqueceram a discussão sobre as mudanças ocorridas na paisagem religiosa brasileira, pouca ênfase tem sido devotada à compreensão dos fiéis da IURD, defensora da Teologia da Prosperidade. Apesar do expressivo aumento desse público, a maior parcela das interpretações a seu respeito não vai muito além de sua caracterização sociológica e demográfica: ele é formado por pessoas oriundas dos estratos mais pobres da sociedade brasileira, que se concentram nas zonas urbanas e, muitas vezes, não têm acesso ao mercado formal de trabalho ou aos serviços de saúde e educação. Essas pessoas buscariam na Igreja a resposta imediata para suas aflições cotidianas e seus anseios de ascensão social (ORO, 2003). Segundo a leitura de Oro, isso se deve ao fato de que, na IURD, “[a] fantasia dos fiéis de se tornarem 'milagrosamente' ricos é exacerbada” (2003, p.

32). “[A] teologia da prosperidade, antes mesmo de ser uma ideologia de ascensão social tendencialmente fantasiosa é um discurso de recusa da vitimização” (ORO 2003, p. 35).

## 6 A TEOLOGIA DA PROSPERIDADE NO BRASIL

A “Teologia da Prosperidade” iniciou sua penetração em muitas igrejas e em diferentes ministérios paraeclesiásticos brasileiros no fim dos anos de 1970 e, subvertendo a antinomia entre sagrado e fortuna, estruturante na visão de mundo das religiões de salvação (WEBER, 2004, p. 309-346), prega que, se confiarem incondicionalmente em Deus, os crentes estão destinados a serem “prósperos”, “saudáveis”, “felizes” e “vitoriosos” em todos os seus empreendimentos terrenos. De acordo com essa doutrina, por meio da confissão positiva o fiel terá acesso a tudo de bom que a vida pode oferecer (saúde perfeita, harmonia conjugal, riqueza material, poder para subjugar o Demônio etc.), e a relação entre o cristão e Deus se mantém nos termos da reciprocidade: para receber a graça do Senhor, ele deve “viver de acordo com a fé”, entregar regularmente o dízimo e fazer suas ofertas. A mensagem da Prosperidade liberta os fiéis das exigências ascéticas determinadas pelo protestantismo histórico e pelas denominações pentecostais tradicionais, e não apenas legitima como estimula uma vida aqui e agora de plenitude.

Para além de uma visão de mundo universalista/individualista que prescreve a todos os que querem ser salvos as mesmas regras claras de conduta, o pentecostalismo iurdiano da prosperidade oferta uma alternativa doutrinária. Ou melhor dizendo, um modelo de

disposição que consiste numa visão de mundo mercantil contemporânea, segundo a qual a possibilidade de “sucesso” – e todo o desfrute que ele propicia – é um forte motor. Ele atrai, assim, para a sua comunidade sujeitos sociais provenientes dos meios populares que se pensam como “indivíduos” de “escolhas” e “direitos” e que adotaram para si o objetivo de “empreender” a substituição do “sofrimento” pela “abundância” em suas existências terrenas.

Neste ponto, dois aspectos em especial – já extensamente tratados pelas ciências sociais – merecem ser sublinhados, por sua incontestável importância na configuração do individualismo moderno. O primeiro deles, basal para a configuração do “indivíduo”, desdobra-se em duas dimensões e diz respeito à emergência das representações acerca da igualdade – política, social, moral e econômica – entre os homens que, pelo menos em tese, propiciam a admissão da mobilidade individual no metabolismo social e a crença na liberdade (de escolha) como um privilégio, que vem acompanhado de uma ênfase na responsabilidade pessoal. Em poucas palavras, para os efeitos desta discussão, isso deve significar que no mundo moderno, feito de homens livres e iguais, cabe a cada um *empreender* o seu destino social. O desejo insaciável pelo máximo de satisfação se ampliou e se estabeleceu em múltiplas esferas da vida contemporânea “moderna”, como se pode facilmente constatar.

## 7 CONCLUSÃO

O crescimento do número de adeptos da Igreja Universal do Reino de Deus, defensora da Teologia da Prosperidade, na

década de 1990, está relacionado ao fato de que os símbolos articulados em sua mensagem pastoral voltada para a salvação neste mundo são condizentes com os princípios econômicos “modernos” que passaram a fornecer sentido à grande parcela das relações sociais – sobretudo as relações que regem o mundo do trabalho – no Brasil a partir daquele momento. Refletindo sobre as representações acerca da “mudança de vida” e do “êxito financeiro” na sociedade brasileira contemporânea utilizando como matéria-prima para interpretação informações sobre a cosmologia da IURD e elementos etnográficos reunidos entre adeptos da Igreja, dados que foram contextualizados na história brasileira recente.

No interior do pluralismo institucional que se fortalece nas décadas de 80 e 90, e que caracteriza a paisagem religiosa brasileira atual, a atenção a esta denominação pentecostal específica se deveu à discrepância entre as acusações – proferidas pelo senso comum bem como por uma parcela importante da literatura acerca do pentecostalismo no Brasil – de manipulação da ingenuidade dos fiéis através do emprego da linguagem mercantil e o expressivo crescimento do número de membros na década de 1990. É sabido que os sujeitos sociais buscam na religião soluções para suas aflições. Restava responder por que, desde a década de 1990, parte das camadas mais pobres da sociedade brasileira recorreu à Teologia da Prosperidade em especial e a despeito de todas as objeções.

Efetivamente, o dinheiro está muito presente nas práticas da Igreja. Assim como em outras denominações pentecostais, a cosmologia iurdiana concebe os fiéis como dizimistas que têm o dever de contribuir para a “Obra de Deus”. É uma particularidade da IURD, porém, a compreensão de que, como

contrapartida do dízimo, os fiéis têm o direito de se sentirem sócios de Deus em seus empreendimentos de felicidade terrena. Semanalmente, os fiéis se reúnem para o culto à prosperidade, nos quais ouvem sobre a legitimidade da abundância e assistem a uma pregação muito semelhante àquilo que, como me foi dito, eles entendem como uma “palestra” sobre as coisas do mundo. Nesse dia, os termos e a lógica empregados no culto são os mesmos da semântica do mercado. Os testemunhos e depoimentos sobre pertencimento religioso enfatizam noções como “escolha” e “decisão”, caras ao imaginário individualista moderno da igualdade e da liberdade, e com muita recorrência ancoram sua explicação para as “mudanças” de vida resultantes da “entrada na fé” na “atitude” profissional que puderam assumir a partir do que ouviram na Igreja.

À guisa de conclusão, o objetivo deste artigo foi o de apontar que Foucault fornece àqueles que se dedicam às reflexões sobre história das religiões um aparato teórico perfeitamente cabível. Desde sua noção de discurso e de uma implementação das relações de saber/poder pelos regimes de verdade, aos quais as religiões, geralmente, não escapam; até nas reflexões sobre as possibilidades de resistências quando estas se enquadram como contra-discursos à corrente hegemônica.

Além disso, pensando na constituição dos sujeitos, é possível que a temática religiosa possa estar presente tanto no processo de sujeição, como o próprio Foucault nos demonstra em *A vontade de saber*, como também no processo de subjetivação, aqui estabelecendo uma ligação com seu fascínio pela espiritualidade política nas práticas ascéticas de constituição de si do cristianismo dos primeiros séculos de nossa

era. Apesar de a preocupação central de Foucault não ser a religião, é possível executar uma reflexão inspirada neste autor para se compreender aspectos do fenômeno religioso e suas práticas, seja nas relações de saber/poder ou nas questões de constituição dos sujeitos religiosos.

## REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: *Ética, sexualidade e política*. Trad.: Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: forense Universitária, 2004. Coleção ditos e Escritos vol. IV.
- FOUCAULT, Michel. A governabilidade. In: *Microfísica do poder*. Trad.: Roberto Machado. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. Subjetividade e verdade. In: *Resumo dos Cursos do Collège de France*. Trad.: Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.
- MINTZ, Sidney. *Worker in the Cane: a Puerto Rican life history*. New Haven and London: Yale University Press, 1964.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- ORO, Ari Pedro. *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.